



Ap. Nes
b

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 2/2016

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2016

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM EXERCÍCIO

António Luís Miranda dos Santos Serra

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – Sara Ramos Bilo

2.º Secretário – Paula Cristina Conde Sancha Nabais

SUBSTITUIÇÕES

Manuel Augusto Meirinho Martins – Presidente da Assembleia (*substituído por José Dias Santos*)

Carlos Manuel Luiz (*substituída por Marisa Sofia Gonçalves Martins*)

Ana Luísa Fonseca de Brito Monteiro (*substituída por Tânia Cristina Pires Leal*)

José dos Santos Robalo (*substituído por Lídia Martins Ribas*)

Patrícia Isabel Santos Quintalo (*substituída por Fernando Augusto Batista Lopes*)

Presidente da Junta de Freguesia de Casteleiro (*Substituído pelo secretário: Vitorino Reis C. Fortuna*)

Presidente da Junta de Freguesia de Rendo (*Substituído pela Tesoureira: Sónia Ramos Ribeiro*)

Presidente da Junta de Freguesia de Soito (*substituído pela Secretária: Amélia Garcia Carvalho*)

JUSTIFICARAM A FALTA À PRESENTE SESSÃO:

Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva

HORA DE ABERTURA: Dezassete horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal



17

Às dezassete horas, dado haver quórum, o Senhor **António Luís Miranda dos Santos Serra** informou da impossibilidade do Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Augusto Meirinho Martins, dirigir os trabalhos na presente Sessão, pelo que, iria presidir os trabalhos da presente Sessão. De seguida convidou o Membro da Assembleia Paula Cristina Conde Sancha Nabais para integrar a Mesa da Assembleia, ocupando o lugar de 2.º Secretário. -----

Estando constituída a Mesa da Assembleia, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal em exercício**, depois de cumprimentar os Membros da Assembleia, o Executivo Municipal, o Pessoal de Apoio e o Público presente, declarou aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

1.1 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 29 de fevereiro de 2016 a todos os Membros da Assembleia, tendo perguntado se algum Membro pretendia inscrever-se para intervir. Não havendo inscrições colocou a ata à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 29/02/2016**. Não participaram na votação desta ata o senhor António Luís Miranda dos Santos Serra, a Senhora Carina Marques Rocha Fernandes, o Senhor Celino Augusto, Senhor José Dias Santos, Senhor Fernando Augusto Batista Lopes, Senhor Vitorino Reis Fortuna, Senhora Sónia Ramos Ribeiro e Senhora Amélia Garcia Carvalho, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao **1.º Secretário** que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

- **Programa do 2º Encontro Distrital de Autarcas de Freguesias, tendo o programa sido enviado a todas as Freguesias do Concelho;** -----



- 17
- > Ofício da **Junta de Freguesia de Casteleiro** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Freguesia, Vitorino dos Reis C. Fortuna**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----
 - > Ofício da **Junta de Freguesia de Rendo** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pela Tesoureira da Freguesia, Sónia Ramos Ribeiro**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----
 - > Ofício da **Junta de Freguesia de Soito** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pela Secretária da Freguesia, Amélia Garcia Carvalho**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----
 - > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Carlos Manuel Luiz; -----
 - > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Ana Luísa Fonseca de Brito Monteiro; -----
 - > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por José dos Santos Robalo; -----
 - > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva; -----
 - > **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Patrícia Isabel Santos Quintalo. ---

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida, deu início à discussão do Ponto 3 – Assuntos Diversos do Período do Antes da Ordem do Dia, tendo perguntado se algum Membro pretendia inscrever-se. Usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----



Depois de cumprimentar os presentes, o **Senhor João Manata**, usou da palavra para abordar duas situações: -----

1. Junto ao Hospital existia um chafariz em ferro fundido cuja cúpula fora partida tendo-lhe sido colocada em substituição uma pedra e uma torneira de jardim. Sendo património antigo do Concelho deveria ser reparado condignamente; -----
2. A Rua Reis Chorão, onde se encontra a sua oficina, e vai embocar à Igreja da Misericórdia, sendo uma rua de dois sentidos, torna-se complicado a circulação do trânsito quando duas viaturas se cruzam, tendo uma delas de recuar pois não é possível circularem automóveis nos dois sentidos, solicitando por isso que a Rua pudesse ficar apenas com um sentido. -----

Usou da palavra o **Senhor Manuel Rasteiro**, que depois de cumprimentar os presentes e relativamente às obras a decorrer no Largo da Fonte disse que deveriam solicitar a alguém que as fosse ver pois os candeeiros estavam a ficar mais tortos do que antes de iniciarem as obras. -----

Tomou a palavra o **Senhor José Ivo Portela**, e depois de cumprimentar os presentes fez a seguinte intervenção: *“A 12 de junho de 1985 Portugal assinou o Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia, e iniciou o processo de aberturas de fronteiras, permitindo a livre circulação de pessoas e mercadorias. Conforme previsões económicas e conjeturas sociais da época, que antecederam à adesão, tudo indicava que a entrada de Portugal para o mercado comum iria dar um grande impulso para as economias de fronteira, desde logo às situadas em eixos estratégicos como Vilar Formoso, ao ser a maior fronteira do país representando mais de 40 % do tráfego de mercadorias que atravessavam o território português e além ser o acesso mais direto à Europa quer por rodovia quer por ferrovia. Como hoje de sabe tal não aconteceu! O essencial da coesão territorial ficou na gaveta, os pontos estratégicos do litoral português absorveram a quase totalidade dos recursos e nem o suado valor das divisas dos emigrantes do interior foi realmente refletido nas suas origens conforme equidade no mínimo justa. -----*

Desde 1974 para cá o interior profundo de Portugal tem recebido os maiores elogios das personalidades dos sucessivos Governos de Portugal, sempre que por cá passam de fugida, quer pelo seu potencial económico, etnográfico, gastronómico ou turístico, de Governo em Governo tudo irá um dia eclodir, haja dinheiro para tal. Mas os que cá vivem e os que cá investem com seriedade estão cansados de falsas promessas, já não se deixam enganar por simulados compromissos, sejam eles públicos ou privados, aliás, sabem bem, que se não for do seu esforço

individual ou coletivo pouco ou nada surge, pois, este território isolado a CMVM não regula e o AICE dispensa. O Concelho do Sabugal, que de há vinte e cinco anos para cá, perdeu cerca de metade da sua população continua a assistir a um esvaziamento progressivo das suas freguesias, por um lado devido à idade avançadas das suas populações e por outro ao êxodo dos mais novos para os grandes centros urbanos em busca de melhor trabalho e alguma prosperidade. -----

As causas desta desertificação são as mesmas de há sessenta anos atrás. Reportam-se essencialmente à inexistência de uma estrutura produtiva eficaz onde a interioridade da área e a consequente má acessibilidade ao todo nacional e estrangeiro são o principal bloqueio ao desenvolvimento, à inovação, captação de investimento e existência paralela de elevados índices de carências sociais que no seu conjunto não permitem atingir os padrões mínimos de qualidade de vida de uma população que se pretende e diz europeia. No entanto, este Concelho, embora caracterizado por um baixo grau de industrialização conta com uma vigorosa componente agrícola, pecuária e florestal que explorada com mais informação e tecnologia, unida em associações de produtores e dinamizada por fileiras de comércio, poderia ajudar e muito parte deste Concelho. Para tal, é necessário que o Município do Sabugal queira e saiba assumir estes sectores como vetores estratégicos de primordial importância e que de mãos dadas com as entidades institucionais que apoiam e regulam estes sectores implementem objetivos de desenvolvimento assentes num conjunto de ideias que visem desde logo o aproveitamento integral dos solos com capacidade agrícola e florestal, assim como a utilização das potencialidades hidrológicas através da inventariação e do alargamento dos perímetros de rega, o aumento da eficácia das explorações agrícolas, sobretudo quando envolvem produções que apresentem condições de vantagem qualitativa em relação a outras áreas do país, o alargamento da produção agropecuária e o fomento da sua competitividade através da melhoria do sistema funcional das explorações agrícolas viabilizando-as e encorajando-as a uma melhor adaptação à evolução da procura e da pressão concorrencial externa, a dinamização de modernos circuitos de comercialização de produtos fazendo uso de cooperativas específicas de produtores, sobretudo quando envolvem jovens agricultores naturalmente receptivos a estas ideias, e a preservação da riqueza florestal de modo a evitar a sua destruição por incêndios através da inventariação de propriedades em avançado estado de abandono assim como pela promoção da indústria da biomassa. -----

O futuro próximo vai recompensar aqueles que mais cedo compreenderem que a globalização, com os prós e contras, veio para ficar e debitar cada vez mais as regras do jogo, quer seja ao nível da produção, normas ambientais ou apoios comunitários. Por isso mesmo, há que promover institucionalmente o associativismo agrícola e apostar numa produção qualitativa com escala e que neste Concelho encontra condições excecionais. -----

M

Senhor Presidente da Câmara, ao longo deste mandato, dirijo-me novamente a Vossa Excelência, com a minha inquietação sobre esta temática, pois compreendo que o Sabugal tem ainda um enorme potencial dentro de portas por explorar. O Concelho do Sabugal mesmo classificado em centésimo nonagésimo sétimo lugar por um software de uma agência de ranking de municípios que desconheço, no entanto continua com muito potencial para uma qualidade de vida invejável de um futuro ainda muito promissor, haja, entretanto, uma política lúcida, capaz de desenvolver a comunidade e ao mesmo tempo preservar o seu território repleto de recursos endógenos, turísticos e culturais. -----

Depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bendada**, referindo-se à reabertura do Tribunal do Sabugal conforme transmitido na última Assembleia Municipal, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se dispunha de alguma informação sobre o assunto. -----

Tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba**, por se estar entre o dia 25 de abril e o 1 de maio, saudou os militares de abril e todos aqueles que antes e depois dessa data lutaram pela democracia em Portugal pelos direitos dos portugueses a uma vida digna e uma verdadeira igualdade de oportunidades, conjuntamente saudou o Senhor Presidente da República por no próximo dia 1 de junho condecorar Salgueiro Maia com a Ordem do Infante. Saudou ainda os autarcas eleitos há quarenta anos, os primeiros eleitos locais do Portugal democrático e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, deixou o desafio para que numa data próxima de 12 de dezembro convoque uma Assembleia Extraordinária apenas para tratar das comemorações dos quarenta anos da primeira eleição democrática que ocorreu em Portugal. -----

De seguida disse pretender falar também de cadastro predial rústico e urbano, que urge executar. Assim disse: *“Todos sabemos que o cadastro nacional é da competência de um organismo do estado, a Direção Geral do Território. Todos os que estiveram na Bendada no sábado antes da páscoa, ouvimos o Professor Augusto Mateus dizer que fazer o cadastro custa cinco mil e tal milhões de euros e provavelmente nenhum governo estará disposto a alocar de uma vez só uma verba destas para fazer isto tudo.* -----

Para se conseguir algumas coisas que o seu amigo Portela referiu à pouco, das duas uma, ou nós temos um conhecimento muito rigoroso do nosso território ou nunca vamos conseguir nada. -----



Para gerir este território de forma criteriosa e economicamente sustentável, temos de fazer alguma coisa para mudar este estado de coisas. -----

Julgo que constituía um desafio à capacidade de realização da CIM Beiras e Serra da Estrela, avançarem em conjunto com um projeto para a realização do cadastro de toda a área abrangida pelos municípios que a integram. -----

Acresce ainda a vantagem que um dos Municípios que integra a CIM está neste momento a ter o seu cadastro elaborado, o Concelho de Seia, o qual poderia servir como exemplo e como verificação de dificuldades e vantagens para se poder fazer nos outros Municípios. Só a existência de um cadastro completamente elaborado pode permitir a verificação do território que temos e a melhor forma de o tornar economicamente rentável e motivador para o investimento local.” -----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara deixou o seguinte desafio: “*Julgo que na sua posição na CIM deveria tentar alocar recursos deste quadro comunitário 2020, no sentido que, até 2020 os 15 Municípios da CIM Beiras e Serra da Estrela tivessem o cadastro realizado.*” -----

Depois de cumprimentar os presentes, **o Senhor Luís Gonçalves**, perguntou qual o ponto de situação das obras para a instalação da empresa Bi Silque no Soito e se a fase de contratação dos colaboradores já tinha terminado. -----

Senhor **António Gata**, cumprimentou os presentes e começou por relativamente à atividade cinegética concelhia dizer que foi dado o primeiro passo no novo figurino que a câmara está a implementar para dinamizar a atividade cinegética no Concelho mais propriamente nas zonas de caça municipais com o repovoamento. Para os que pensam tratar – se de uma atividade geradora de mais-valias na economia do Concelho, esperam que este seja o primeiro passo que se irá repetir muitas vezes no futuro. Seria ouro sobre azul que o repovoamento se pudesse alargar a todo o território do Concelho, alargando – se ainda à perdiz através de parcerias com as associações de caça existente para desenvolver este projeto. Para finalizar a sua intervenção perguntou o que pensava o Senhor Presidente da Câmara acerca desta problemática. -----

Usou da palavra o **Senhor Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos**, e depois de cumprimentar os presentes disse prescindir do seu tempo em detrimento do Senhor Germano Fernandes. -----

Depois de cumprimentar os presentes, o **Senhor Germano Fernandes**, começou por saudar o Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, pela eleição para o cargo de Presidente da República e *“felicitó-o pelo modo como vem exercendo as suas funções numa relação de proximidade e afeto para com os portugueses. Que a coragem e o ânimo não lhe falte para no exercício das suas funções contribuir para o aumento da autoestima e melhoria das condições dos portugueses gerando desenvolvimento e bem-estar assim cumprindo os ideais de abril. -----*

A segunda questão prende-se com uma conferência realizada na Bendada no dia vinte e seis de março de dois mil e dezasseis, subordinada ao tema: “Que fazer com o país das aldeias”. Nessa conferência presidida pelo Senhor Ministro da Agricultura esteve presente o Senhor Professor Augusto Mateus e outros responsáveis políticos do poder central. Também esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bendada que apoiaram essa conferência, por isso Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bendada manifesto apreço pela vossa colaboração e pela vossa disponibilidade para essa conferência. Essa conferência e esse tema: que fazer com o país das aldeias, é deveras interessante, pois não é fácil responder a esta pergunta. Que fazer com o país das aldeias? Nomeadamente as aldeias do interior aqui da nossa zona. Mas talvez seja importante acrescentar a essa pergunta, duas outras: que fazer nas aldeias deste país e que fazer com as aldeias deste país. Nós, no nosso Concelho de Sabugal temos cerca de cento e poucas povoações, de variadas dimensões, com populações reduzidas. Quando nós fazemos um percurso pelas nossas aldeias ou não encontramos ninguém ou encontramos muito pouca gente. Ouvimos o silêncio e muitas vezes em algumas conversas que temos com essas pessoas, notamos algum desalento, alguma sensação de abandono e pouca autoestima. Nós temos falado aqui muitas vezes na autoestima e a pergunta o que fazer com o país das aldeias, o que fazer com as aldeias deste país e o que fazer com as aldeias deste país prende-se fundamentalmente com a autoestima dos portugueses e é importante saber o que fazer, pois não basta dizer numa conferência que é possível fixar população para se dedicar à agricultura. Não basta dizer numa conferência que é preciso fazer investimentos, pois o poder político central tem a obrigação de criar mecanismos nas nossas aldeias para que elas continuem a ser centros de vida, com populações de residentes, com populações que nos visitem valorizando os recursos que essas aldeias têm. Na minha modesta reflexão sobre este ponto, desenvolvi duas análises, uma delas é a alteração da Lei das Autarquias Locais e a outra alteração da Lei das Finanças Locais. Na Lei das Autarquias Locais nós temos a Freguesia que é uma autarquia e temos o Município que é outra autarquia. Curiosamente a Lei das Autarquias Locais consagra situações, envolvendo na mesma Lei, para a autarquia freguesia e para a autarquia município. Entendo que sendo as nossas freguesias fundamentalmente rurais deveria haver uma Lei para a

17

autarquia freguesia e deveria haver uma Lei para a autarquia Município, onde de forma muito clara e expressa houvesse uma atribuição das definições e das competências de cada autarquia, porque Senhor Presidente da Câmara, estimados autarcas e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia aquilo que nós podemos concluir da análise da Lei das Autarquias Locais é que a autarquia freguesia é o parente pobre da autarquia município, pois muitas vezes as autarquias freguesias vivem na dependência do poder político municipal. Se há autonomia do poder local como compreender que a própria lei consigne e consagra que a Câmara Municipal tem que delegar funções nas Juntas de Freguesia, isto é, salvo melhor opinião, o contrário do que é a autonomia local, portanto; entendo que deveria haver uma Lei para a autarquia freguesia de forma clara e expressa que definisse as atribuições das competências da autarquia bem como dos seus respetivos órgãos. Outra situação tem a ver com a Lei das Finanças Locais, havendo alteração na lei das autarquias necessário seria que a Lei das Finanças Locais transferisse diretamente para as Freguesias, para o órgão executivo das freguesias, determinadas verbas, para que os órgãos da Freguesia pudessem, de acordo com as suas decisões e deliberações, tomar as decisões que bem entendessem. Ora bem se é o país das aldeias a Lei das Finanças Locais poderia consignar determinados itens para atribuição de verbas às freguesias, como por exemplo o número de povoações que cada freguesia tem. A minha freguesia de Sortela tem seis ou sete povoações e em função de cada aldeia atribuía-se uma verba para a freguesia. Mas, poderia ter outros itens como a estrutura etária da população, se são mais velhos ou são mais novos e em função da estrutura etária dos residentes nessa freguesia há que fazer uma atribuição de verbas. Mas podia ter outros itens como o afastamento do centro de saúde e dos centros administrativos, e em função desses itens atribuir às freguesias verbas própria para que as freguesias as utilizassem naquilo que é as necessidades das nossas aldeias para que as aldeias não morram, para que as aldeias tenham cada vez mais vida. Mas volto novamente à Lei das Autarquias Locais, pois os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia no nosso concelho penso que nenhum exerce funções a tempo inteiro e é quase impossível exigir a um Presidente de Junta de uma determinada freguesia que em regime de voluntariado, quando tem a sua vida profissional, familiar e pessoal, acompanhe aquilo que é a dinâmica e a vida da Freguesia. Como é que se pode exigir ao Presidente da Junta de Freguesia de Bendada, Sortelha, Aldeia da Ribeira Vilar Maior e Badamalos que façam visitas regulares e com algum tempo às várias povoações das suas freguesias. A Presidente da minha Freguesia, a Senhora Engenheira Fernanda tem a vida profissional, familiar e pessoal, onde é que arranja tempo para ir às seis ou sete povoações da Freguesia de Sortelha? Logo entendo que essa Lei das Autarquias Locais deveria consignar que todos os Presidentes de Junta exercessem funções em regime de tempo inteiro pagos e, aí, sim os Senhores Presidentes de Junta teriam a obrigação e o tempo

necessário para ir junto das populações, falando com elas e incentivando-as a fazerem investimentos, promovendo ações que fizessem vir pessoas às nossas aldeias e valorizando-as. Querer fazer bolo sem ovos é de facto muito difícil. Deixo esta reflexão para se assim o entenderem refletirem sobre ela e numa próxima sessão da Assembleia Municipal apresentarei um texto com estas minhas modestas reflexões para enviar aos órgãos de soberania, à Associação Nacional de Freguesias e à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, porque entendo que é necessário para que o país das aldeias seja um país das aldeias com vida com alegria de viver que a Lei das Autarquias Locais e a Lei das Finanças Locais devem ser alteradas e que os Presidentes de Junta de Freguesia passem a ser pagos no exercício das suas funções.” -----

Senhora Alexandrina Dias, depois de cumprimentar os presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse saber da realização de uma feira de energias naturais e renováveis que estava a ter projeção nacional. Assim gostaria de saber se foi calculada a relação custo-benefício para este evento sabendo que tem orçado 47.500 €, e uma vez que se está a pouco mais de um mês para a realização do evento, poderia informar o nível de adesão das empresas bem como a sua identificação. -----

Senhor João Aristides, depois de cumprimentar os presentes fez a seguinte intervenção: “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores eleitos na Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras: -----*

Vou-me antecipar às votações e quero desde já dizer que, à partida, votarei contra a proposta de apoio no valor de 25.000 euros para a realização da Feira Agro Raia, em Aldeia Velha. Mudarei o sentido de voto se isto for bem explicado. -----

Nada tenho contra, por princípio, até acho bem que se realize, mas não posso de maneira nenhuma concordar que dinheiros públicos sejam aplicados na contratação de Quim Barreiros, vulgo o “moustache”, tal como é referido na proposta que recebi. O “moustache” já correu o concelho do Sabugal de uma ponta à outra, o “moustache” já está mais que visto e ouvido. O que mais há, em Portugal, é música popular de qualidade, não existe só o “moustache”. Acho verdadeiramente lamentável que, cada vez que se fala num evento a que se quer dar relevância, tenha que vir à baila o nome do “moustache”, como se esse homem fosse o único que atrai gente. Em consciência, nunca poderei apoiar um evento por mais interessante que seja, e não duvido que este o seja, onde o nome desse cantor de versões de músicas brasileiras venha à baila. Ele ou um sucedâneo. -----

Por outro lado, lamento também que dinheiros públicos sejam aplicados em “rural strip” (seja lá o que isso for, mas julgo que só pode ser uma coisa), tal como é sugerido na proposta. Cada um

ficará com a consciência do seu voto. Não sou moralista, antes pelo contrário. Não concebo, no entanto, que isto seja proposto. Os dinheiros públicos terão que ser utilizados com critérios mais sérios. Há muita produção artística em Portugal, repito, que atrai gente, sem se cair nestas demagogias.” -----

Depois de cumprimentar os presentes a **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais**, usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre um caminho rural que foi feito na união da estrada Quadrazais – Soito com a estrada Quadrazais – Vale de Espinho, ou seja esse caminho rural está feito até um determinado local e a partir daí nada, rigorosamente nada foi feito nesse caminho, e gostaria de saber se esse caminho era para continuar ou para ficar assim, porque de um lado temos a “autoestrada” e do outro um caminho rural, embora se trate do mesmo caminho.-----

Findas as intervenções deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. Assim, depois de cumprimentar os presentes, disse estar muito orgulhoso das perguntas feitas, excluindo a questão pontualizada do Senhor João Manata e do Senhor Manuel Rasteiro por se tratar de perguntas que poderiam ser dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, houve excelentes intervenções todas relacionadas com o desenvolvimento do Concelho. -----

Continuando disse: “*Hoje as autarquias têm que estar atrás do desenvolvimento económico. Quero-vos dar os parabéns porque desde a intervenção do Portela, a referência ao que aconteceu na Freguesia de Bendada no debate sobre as aldeias, percorro e verifico que estamos a falar de desenvolvimento rural e, o cadastro, instalação de empresas, centros de repovoamento cinegético estão enquadrados no desenvolvimento rural. Não se esqueçam que a aventura do Cró foi no sentido de ancorar as empresas, o desenvolvimento económico e os polos de desenvolvimento.* -----

Concordava com o que tinha sido dito por todos mas estavam a identificar caminhos difíceis por estarmos num território com potencial, mas cada vez mais despovoado. -----

Relativamente ao chafariz da Rua Teófilo Braga colocada pelo Senhor João Manata considerava ser importante deixando a promessa de se deslocar ao local para ver o estado em que o mesmo se encontra, contudo existiam também outros autarcas no território. -----

Quanto à questão do trânsito respondeu existir um plano para o Sabugal que obrigava, no âmbito da CIM, a que as Sedes de Concelho tivessem um Plano de Mobilidade Urbana e o Sabugal já o tinha, sendo através dele que iriam verificar todas essas situações. -----



Relativamente às obras em execução abordadas pelo Senhor Manuel Rasteiro disse para esperar a conclusão da obra para questionar o Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal. -----

Em resposta à intervenção feita por José Portela disse: *“preocupado com a abordagem que temos de fazer ao desenvolvimento territorial temos um Plano Estratégico que foi aqui aprovado e estamos a desenvolver a estratégia para a sua execução. Temos uma plataforma de trabalho de desenvolvimento das questões da economia à qual chamamos Sabugal + Valor, uma plataforma de desenvolvimento de trabalho no âmbito do turismo à qual chamamos Sabugal + Atrativo, uma plataforma de trabalho preocupada com a economia social designada por Sabugal + Social, e uma plataforma de trabalho preocupada com a boa governança e eficiência com criatividade nas soluções tecnológicas e outras que é o Sabugal + Criativo. Portanto são essas quatro plataformas que têm intervenientes externos e intervenientes internos, Técnicos Superiores da Câmara, e tem obviamente o acompanhamento político, que vão sendo implementadas dia após dia as ações concretas no terreno e os planos e orçamentos municipais. As atividades que vão aparecendo resultam dessa estratégia. Aqui temos também o mote para a abordagem que o Germano Fernandes fez relativamente ao encontro da Bendada e o mal é quando todos acham que têm direito a tudo, quando não há capacidade em cada um dos territórios e cada cantinho do nosso concelho, de encontrar a especialização e a vocação do seu território. Esse é também o desafio para cada um dos autarcas de Junta de Freguesia e para cada um de vocês que é conseguirem para cada um dos cantos deste concelho identificar as oportunidades, vocações do território e identificar aquilo que é diferenciador como oferta da sua freguesia. A questão agrícola, energética e patrimonial é verdadeiramente importante.”* -----

Em resposta à questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bendada, quanto ao Tribunal do Sabugal disse ter solicitado uma reunião com a Senhora Ministra da Justiça, estando agendada para o dia quatro de maio e logo que tivesse informações mais concretas transmitiria a todos. -----

Relativamente à intervenção feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pousafoles do Bispo, Lomba e Penalobo disse ter feito uma abordagem junto da Empresa Municipia para começar a elaboração do cadastro predial rústico no Sabugal, a qual apresentara uma pré-avaliação de cerca de seis milhões de euros. De facto sem termos identificado, a propriedade e a vocação, dela, será mais difícil juntá-la e criar valor no território. No âmbito da CIM tinha sido o Presidente da Câmara

M

a levantar a questão do cadastro pela primeira vez e da necessidade de o desenvolver. Trata-se de uma matéria e uma tarefa muito importante que não sendo fácil resolver pela questão do dinheiro terá de resolver-se por alguma questão legislativa que faça com que o território funcione. Nesse aspeto a Câmara Municipal, com os técnicos ou com a criação de equipas de jovens qualificados para o fazer poderiam ser um bom apoio para desenvolver esse trabalho, mas sempre monitorizado por uma legislação que se crie e por alguém que venha pelos serviços públicos que existem. Informou ainda da sua deslocação à Direção Geral do Ordenamento do Território para solicitar que fizessem no Sabugal um trabalho similar ao que estava a ser feito em Seia e Oliveira do Hospital, tendo-lhe sido respondido ser uma via, tendo corrido melhor nuns sítios do que noutros mas não tinham dinheiro para, neste momento, avançar com outros Municípios, ao ponto para a obtenção da homologação da carta cadastral do Cró, porque está a ser desenvolvido o Plano de Pormenor das Termas do Cró, ter-lhe sido dito que só poderiam vir ao Sabugal quando tivessem mais trabalhos em outros Municípios próximos, porque não podiam deslocar-se por não terem verbas e para se deslocarem teria de pagar uma taxa extra, tendo a Câmara pago 600,00 € extra para virem fazer o cadastro do Cró. -----

Quanto à questão colocada por Luís Gonçalves do estado das obras, informou que as mesmas estavam praticamente terminadas, tendo infraestruturação elétrica e telecomunicações. O recrutamento de pessoal estava a cargo da Empresa Bi Silque e o Instituto de Emprego e Formação Profissional e na próxima reunião de câmara iria levar a reunião de câmara propostas de acordos com a empresa de cedência de instalações e de responsabilização e compromissos de criação de postos de trabalho. -----

Relativamente às palavras proferidas por António Gata sobre o centro de repovoamento, disse que no âmbito do Sabugal + Valor e no âmbito do que está a ser desenvolvido e centralizado na Colónia Agrícola Martim Rei, sendo este um espaço que pode ser dinamizado no aspeto produtivo, como todos sabiam foi instalado havia cerca de dois anos um centro de repovoamento, o qual iniciou com 10 fêmeas e dois ou três machos, recentemente houve a distribuição de cerca de trinta fêmeas e dez machos pelo Territórios das Reservas Municipais, tendo como objetivo produzir e ajudar a colocar coelhos nos vários espaços. Relativamente à perdiz, embora não sendo caçador, esta espécie não sofreu tanto as maleitas como o coelho, mas da plataforma de trabalho do sabugal + valor existe total abertura para juntamente com as associativas coordenarem e fazerem desenvolver esse trabalho, porque a intenção é requalificar cada vez mais o centro de repovoamento em todos os

níveis, inclusive em recursos humanos, para que dali possa ser dinamizado um bom plano cinegético. -----

Em resposta à intervenção feita por Germano Fernandes disse; *“Reparem que foi uma ação que emanou das pessoas da Freguesia da Bendada, obviamente a Câmara Municipal associou-se de imediato e colaborou com o que lhe foi solicitado, mas, foi uma ação extremamente importante, e fiquei sensibilizado com a disponibilidade dos Membros do Governo que estiveram presentes, desde as 15 horas até às 21 horas. São necessárias mais ações destas e que se passem das palavras aos atos.”* -----

Relativamente à questão levantada pela Alexandrina Dias começou por dizer que a questão da energética, biomassa, eólica, solar, hídrica e geotermia no Cró são extremamente importantes sendo manifestações de energia que podem ser qualificadas e transformadas em energias e, temos de dizer ao país e à região que somos um Concelho com potencial energético já instalado, mas que pode ter muito mais energia instalada. Se conseguirmos reduzir os incêndios florestais, que empresas desenvolvam atividades nessas vertentes e que outros olhem para nós de outra forma. Disse acreditar que será com grande e bons eventos e mostrando que somos verdadeiramente diferenciadores que podemos captar os olhares dos investidores e de gente que traga riqueza para o Concelho, porque esse dinamismo empresarial com certeza trará postos de trabalho. -----

Por fim e em resposta à intervenção feita pela Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais relativamente aos caminhos, disse estar-se a falar de caminhos para facilitar o acesso às propriedades e ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Disse que iriam ver qual era o caminho para analisar o que se poderia fazer. -----

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício informou que tinha dado entrada a **Moção apresentada pelo Grupo da CDU (Senhor João Manata e Senhor João Aristides Duarte)** que a seguir se transcreve: -----

“No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República... -----

Considerando que assinalamos este ano o 42.º aniversário das Revolução de Abril e o 40.º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia; -----

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do país com uma marcante e galvanizante participação das populações; -----

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril; -----

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais; -----

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz, -----

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida a 29 de abril de 2016, delibera: -----

-Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses. -----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal do Sabugal: -----

João Carlos Taborda Manata -----

João Manuel Aristides Duarte” -----

e depois de ter procedido à sua leitura colocou-a à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, **aprovar** a Moção apresentada, com duas abstenções da Senhora Sandra Simões Tomás e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfaiates. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO ANO DE 2015 E APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS; -----



Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar os documentos relativos a este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício **deu conhecimento** a todos os Membros da Assembleia do seguinte assunto: -----

- Documento referente à Certificação Legal de Contas emitida por Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Iniciou referindo que para além do documento técnico exaustivo feito pelos Técnicos da Câmara foi também enviado um relatório que explica de forma resumida a evolução e o desenvolvimento das contas ao longo do ano de 2015. A percentagem de arrecadação da receita corrente é de quase 100%, ou seja, a receita que se previa arrecadar no princípio do ano foi aquela que no final de 2015 foi efetivamente arrecadada. Relativamente à receita de capital não foi a prevista no início do ano, tendo em conta duas notas referidas no relatório, uma por não ter havido no ano de 2015 o encaixe de 5% do valor final da maioria das obras candidatas no quadro comunitário anterior, cujo valor global de obras candidatas foi de cerca de doze milhões de euros. Neste momento ainda se está a fazer o encerramento de obras e só depois os programas aos quais nos candidatamos quer através da CCDR quer através dos Programas Ocupacionais Nacionais entregam os últimos 5%, que se prevê no valor de cerca de meio milhão de euros que não foi ainda arrecadado, sendo que esse valor está previsto no Orçamento para o ano de 2016. A segunda nota referida no relatório prende-se com o atraso no arranque do Quadro Comunitário Portugal 2020. Outra nota também constante do relatório tem a ver com as percentagens de verba transferidas pelo Governo central, ou seja, antes recebíamos 50 % de receitas correntes e 40% de receitas de capital, atualmente recebemos 90% de receitas correntes e 10% de receitas de capital, o que implica que a autarquia tem menor capacidade de investimento, tendo por isso de ser muito mais assertiva e priorizar os projetos em que realmente investe. No ano de 2015 houve um grande esforço na continuidade de redução da dívida que, em 2011-2012, era de cerca de dez milhões de euros e hoje está em seis milhões setecentos e cinquenta euros, havendo uma redução de cerca de três milhões na dívida do Município nestes anos. -----

A transferência dos funcionários e equipamentos da Empresa Municipal Sabugal+ para a Câmara também se encontra vertida neste documento, tendo-se refletido na rubrica do pessoal e na rubrica dos consumíveis. -----

M

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

José Galhano que depois de cumprimentar os presentes perguntou qual o poder de endividamento da autarquia na presente data e qual o montante do seu endividamento. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Ribeira, Badamalos e Vilar Maior, depois de cumprimentar os presentes disse que nas notas do balanço e demonstração dos resultados era referido que os registos do património constava que o Museu de Vilar Maior não tinha qualquer registo, mas nas Finanças estava registado em nome da União de Freguesias. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à intervenção feita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, comunicou que o documento enviado era do Revisor Oficial de Contas e transmitia a Certificação Legal de Contas e também o próprio parecer do revisor. Estava a ser feito um esforço enorme para registar todo o património do Município. Relativamente ao Museu de Vilar Maior iria verificar junto do Serviço de Património e Notariado. -----

Relativamente à questão colocada pelo José Galhano quanto ao endividamento Municipal disse: *“nós estivemos sempre folgados nessa situação, mesmo nos apertos enormes, tínhamos sempre escape e a possibilidade de numa emergência ter alguma capacidade de endividamento. Pela razão que disse do abatimento da dívida para melhorarmos os nossos rácios financeiros vamos aumentando a nossa capacidade de endividamento. Neste momento se quiséssemos ir à banca teríamos a possibilidade de o fazer no valor equivalente a doze milhões de euros. Nesse aspeto estamos confortáveis.”* -----

Não havendo mais inscrições, o **Senhor Presidente da Assembleia** em exercício colocou o assunto à votação pela seguinte ordem: -----

APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AO ANO DE 2015. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar a prestação de contas de 2015.** -----

17

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar a Aplicação dos Resultados Líquidos.** -----

PONTO 2 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2016 E 2ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019; -----

O senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto. Tomando a palavra, disse tratar-se de uma revisão de enorme importância, que tinha a ver com o dinheiro injetado em Plano e Orçamento de dois milhões de euros, os quais transitavam do saldo de gerência de 2015 para o corrente ano, após a Prestação de Contas ser aprovada, de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, acrescido ainda de um reforço de cerca de cento e tal mil euros que tinha aparecido no Orçamento de Estado para 2016, relembrando por isso que aquando da aprovação do Orçamento do Município o Orçamento de Estado ainda não estava aprovado. Assim juntando o saldo de gerência anterior e este reforço do Orçamento de Estado e ainda a oportunidade de candidatar pequenos troços de água e saneamento para fecho de redes, como era o caso de Pousafoles do Bispo, Penalobo, Aldeia do Bispo, Bendada, entre outras. Essas intervenções, na hipótese de sucesso das candidaturas, permitem a receção de 85% do valor dessas obras, motivo pelo qual se considera na revisão o pagamento de apenas 15%. Trata-se de pequenas obras cujo valor total é de cerca de duzentos mil euros. Com estes valores de receita foi feita uma redistribuição desses valores. No Plano e Orçamento aprovado para 2016 foram colocadas muitas rubricas “*a definir*”, ou seja, estavam previstas, mas ainda não tinham dinheiro alocado, tendo sido essas as rubricas prioritárias. Foi ainda reforçado no valor de trezentos mil euros para as Juntas de Freguesia. Foram ainda inseridas novas rubricas de acordo com o novo quadro comunitário. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Germano Fernandes, para fazer a seguinte intervenção: “*A revisão ao orçamento e às Grandes Opções do Plano é uma situação perfeitamente normal e sobre isso nada há a dizer. A explicação que o Senhor Presidente deu para esta situação está mais que fundamentada e, portanto, julgo que,*

necessariamente, será aprovada. Falou da redução da dívida que era que era uma questão que lhe queria colocar e também da capacidade de endividamento. Assim sendo pergunto-lhe se para a execução das obras previstas para as Grandes Opções do Plano 2016-2019 admite a possibilidade de recorrer à contração de empréstimos dentro da capacidade do endividamento?” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à intervenção feita disse “*essa pergunta permite-me dar uma pequena nota sobre aquilo que perspetivo para o novo quadro comunitário, das obras que o Concelho necessita e que podem ser encaixadas, das obras que o Concelho necessita e não podem ser encaixas. Há aqui situações que debatemos a necessidade de executar uma determinada ação ou obras que, pela razão que há bocado a Alexandrina Dias referiu, a relação custo-benefício não se justificará que se desenvolva. Mas, há outras que nós necessitamos para que o nosso Concelho continue ainda vivo e continue na ambição de inverter esta sangria das pessoas irem embora. Às vezes o encaixe dos fundos comunitários não é aquilo que nós precisamos na realidade, no entanto temos de nos enquadrar com regras que a União Europeia mandou e o que país também decidiu. Há uma nota muito importante nesta Revisão que já havia no Plano e Orçamento e se tiverem oportunidade de olhar para o Plano e Orçamento inicial e depois para esta Revisão vão verificar na execução de projetos encontram o alinhamento das obras que entendo serem obras de regime, pois são mais-valias para o Concelho.* -----

Respondendo diretamente à sua questão, se nós no Executivo Municipal entendermos que há obras importantíssimas para o Concelho e não é possível ir aos quadros comunitários buscar financiamento para elas, nós não podemos ficar parados à espera que venha outro quadro comunitário. O dinheiro é para ser gasto em obras que multipliquem e que consigam levar a que o Concelho se transforme. Não sendo por estes motivos não há necessidade de obtenção de empréstimos. Quando todos os Municípios fizerem a mesma coisa, quando todos forem às mesmas fontes, onde fica a diferenciação e a capacidade de competir com os outros? Foi aqui referido há bocado que existem 308 Municípios e nós no estudo referido pelo José Portela ficamos posicionados no centésimo nonagésimo sétimo lugar, o que significa que estamos bem posicionados em relação a todos os Municípios do Interior. -----

O próximo quadro comunitário não favorece os investimentos das Câmaras e Juntas de Freguesia, favorece apenas as Empresas e, temos de nos posicionamos para ser acelerador do efeito multiplicador empresarial no Concelho utilizando os nossos recursos para criar atividades, mecanismos de criação de riqueza e postos de trabalho. Mas, o quadro comunitário nem sempre alinha com este pensamento, e dou-vos um exemplo: O Município do Sabugal vai ter, à semelhança

de outros Municípios, direito a dividir um bolo de setenta milhões de euros para regeneração urbana para setenta Municípios. Estando o Sabugal acima do meio desses setenta Municípios diria que deveremos ter um milhão e cem mil euros, que apenas poderá ser gasto na Zona Histórica do Sabugal.” -----

Não havendo mais inscrições, o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** colocou o assunto à votação pela seguinte ordem: -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento para 2016. -----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016-2019 -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2016-2019. -----

PONTO 3 - PROPOSTA PARA APOIO À ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DA RAIA SABUGALENSE; --

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Iniciou referindo tratar-se de uma atividade que a Associação de Freguesias desenvolve há alguns anos e que a Câmara todos os anos tem apoiado. Disse ainda ser necessário ter atratividade externa e começassem a promover a dinamização de empresas locais, entre outras. Este evento no seu entender poderia ser desenvolvido a outros níveis e com outros produtos a nível rural com outras Freguesias. Trata-se de um evento que convinha potenciar e desenvolver. Aproveitou para informar que a acompanhar este evento da Agro Raia tinha sido abordado pela Federação de Caça e Pesca da Beira Interior para realizarem o Fórum de Assembleia Geral no Sabugal, com cerca de 100 pessoas, tendo por isso proposto a sua realização em Aldeia Velha e se possível para além da Assembleia Geral introduzissem uma ou duas temáticas relativas à avaliação cinegética no Sabugal, tendo a proposta sido aceite e assim iria realizar-se em simultâneo com a realização da Agro-Raia.-----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir.



M

Não havendo inscrições, foi este ponto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por maioria, **aprovar a atribuição de Apoio à Associação de Freguesias da Raia Sabugalense**, no valor de 25.000,00 €, para a realização da feira anual denominada Agro Raia a realizar na Freguesia de Aldeia Velha, cujo início está marcado para o dia 29 de maio com a realização de uma caminhada e uma prova de BTT, incluindo refeições, brindes e transportes aos participantes e para as diversas atividades a realizar nos dias 09, 10, 11 e 12 de junho do corrente ano. Registaram-se na votação quatro abstenções: Senhor João Duarte, Senhora Marisa Martins, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira e Senhor Fernando Lopes. -----

PONTO 4 - REVOGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS SOBRE A ADESÃO ÀS ASSOCIAÇÕES “REGADIO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL” E “ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS”; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Iniciou referindo que todo o pacote legislativo que acompanhou a troica e de certa forma a limitação do poder local fez com que para haver a possibilidade de o Município aderir a estas Entidades necessitasse de um visto do Tribunal de Contas. Este assunto foi também discutido na última reunião de câmara e iriam solicitar um parecer à CCDRC sobre o assunto. O objetivo prende-se com questões financeiras pois o Município poderá aderir a uma associação com dívidas e a autarquia será solidariamente responsável por essas dívidas. Tinha sido aprovado em reunião de câmara e assembleia municipal a adesão do Município às associações em apreço. No caso da Associação do Regadio que integrava o Município de penamacor, Sabugal, Belmonte e Fundão tendo como objetivo a criação de uma associação de desenvolvimento local para se conseguirem posicionar para o novo quadro comunitário, no entanto após ter sido aprovado nos dois órgãos municipais foi enviado para o Tribunal de Contas, o qual começou a solicitar inúmeros documentos de contas, objetivos e porque é que os Municípios estavam a aderir. Por um lado, os Municípios que constituíam esta associação verificaram não haver enquadramento no novo quadro comunitário, pelo que não iriam tirar grandes vantagens em manter a referida associação e por outro lado tinham de resolver este problema administrativo com o Tribunal de Contas, motivo pelo qual se propõe a revogação das deliberações em que foram autorizadas as adesões às associações. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir.

M

Não havendo inscrições, foi este ponto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **revogar as deliberações tomadas sobre a Adesão às associações “Regadio – Associação de Desenvolvimento Local” e “Associação Internacional de Cidades Educadoras”**. -----

PONTO 5 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA PROJETO MUSICAL “PLANTE 1 MÚSICO” COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA BEIRA INTERIOR; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Iniciou referindo ter sido aprovado em reunião de câmara a celebração de um Protocolo com a Associação Cultural da Beira Interior e dado tratar-se de um projeto desenvolvido em mais de um ano económico a lei obriga a que a Assembleia Municipal autorize a assunção de compromissos plurianuais. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, foi este ponto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do Protocolo de Colaboração para projeto musical “Plante 1 Música” com a Associação Cultural da Beira Interior**. -----

PONTO 6 - ALTERAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Assim disse tratar-se de uma questão que tinha sido aprovada em Assembleia Municipal, no entanto quando perspetivou-se que o concurso que tinham em curso efetivar-se-ia a 1 de janeiro do corrente ano, contudo devidos a atrasos no decorrer do concurso apenas em finais do mês de março é que foi assinado contrato com a EDP, o que fez com que tivessem continuado com a empresa anterior até essa data e se não fosse feita esta alteração de acordo com a data de início do contrato, continuavam com duzentos mil euros cativos e compromissados mas que efetivamente não precisavam deles na rubrica. -----

R

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, foi este ponto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar a Alteração dos Compromissos Plurianuais relativos ao Concurso Público Internacional de Fornecimento de Eletricidade.** -----

PONTO 7 - REGULAMENTO MUNICIPAIS: -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Assim relativamente ao Regulamento do Orçamento Participativo disse que após ter passado pela fase de publicação, em cumprimento das disposições legais do Novo Código do Procedimento Administrativo e depois de ter sido apresentada a proposta e aprovada em reunião de câmara foi submetido a consulta pública era apresentado na presente sessão para ser aprovado e entrar em vigor. O objetivo, no caso de ser aprovado, será na próxima semana lançar as normas e todos os mecanismos de procedimento do orçamento Participativo, para que no mês de setembro após apresentação, discussão e votação das propostas apresentadas terem as conclusões das propostas a apoiar que serão posteriormente integradas no Plano e Orçamento do ano de 2017. - O Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água no Município do Sabugal e o Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água no Município do Sabugal consubstanciam uma adaptação às novas regras da Entidades Reguladora. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Luís Gonçalves para louvar e dar os parabéns por esta iniciativa do Orçamento Participativo, aliás tem sido uma das bandeiras do Partido Socialista que muita força tem feito por esta iniciativa. Trata-se efetivamente em dar voz aos Sabugalenses para poderem apresentar projetos que depois serão votados podendo vir a ser concretizados. -----

João Manata para perguntar se a participação só podia ser feita por plataforma eletrónica, porque assim tornava-se limitativo. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à questão colocada por João Manata disse “*Este é o primeiro ano e embora os*

M

Técnicos Municipais tenham visitado os Municípios onde já estão plataformas e estas metodologias instaladas nomeadamente Ovar e Águeda e porque somos da opinião que quando as coisas já funcionam e funcionam bem não devemos inventar, mas sim seguir o exemplo. A questão levantada foi também colocada entre nós, mas irá haver operadores que inserem as votações de pessoas que não o possam fazer por elas próprias. Se repararem é aberta a votação a toda a gente, pois estamos num ano experimental e esperemos que, no próximo ano, quando aprovarmos as normas para um novo orçamento participativo já possamos eventualmente fazer algumas correções, mas vamos ver como funciona e fazer com que participe muita gente quer na apresentação de propostas quer depois na votação.” -----

Não havendo mais inscrições, o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** colocou este ponto à votação pela seguinte ordem: -----

REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO SABUGAL; -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, **aprovar o Regulamento do Orçamento Participativo do Sabugal**, nos termos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa conjugado o n.º 1 da alínea g) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para valer como regulamento com eficácia externa. Na votação registou-se uma abstenção do Senhor Fernando Lopes que apresentou a seguinte **declaração de voto**: “o meu voto de abstenção justifica-se por me rever muito mais na primeira versão do Regulamento.” -----

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DO SABUGAL; -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar o Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água no Município do Sabugal**, nos termos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa conjugado com o n.º 1 da alínea g) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para valer como regulamento com eficácia externa; -----

REGULAMENTO DE SERVIÇO DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS DO MUNICÍPIO DO SABUGAL; -----



17

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar o Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município do Sabugal**, nos termos previstos no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa conjugado com o n.º 1 da alínea g) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para valer como regulamento com eficácia externa; -----

PONTO 8 - PROPOSTA DE EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA APOIO ATÉ 50.000,00 € POR CADA JUNTA DE FREGUESIA OU ASSOCIAÇÕES DE JUNTAS DE FREGUESIA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Relativamente ao ponto 8 e ao ponto 9 o Senhor Presidente da Câmara disse estarem ambos relacionados com agilização de procedimentos relativamente às Juntas de Freguesia. Tal como transmitira aquando da apresentação da Revisão constante do Ponto 2, existia a colocação de um reforço de verba de apoio para as Juntas de Freguesia e *“temos constatado que para além dos acordos de execução, que foram aprovados no início do mandato e que vigoram durante os quatro anos de mandato, que têm a ver com questões ligadas à limpeza, manutenção de espaços verdes e escolas, quando queremos atribuir um apoio pontual a uma Junta de Freguesia têm de ser submetidos à Assembleia Municipal para aprovação. O que o Executivo Municipal pede é uma autorização genérica para poder atribuir apoios até 50.000,00 €, desde que o projeto se encontre devidamente enquadrado no Regulamento de Atribuição de Apoios às Juntas de Freguesia.”* -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Fernando Lopes para perguntar se estes 50.000,00 € eram só em função de projeto apresentado? -----

O Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta disse que o *“Regulamento de Atribuição de Apoio às Juntas de Freguesia e Associações de Freguesia permite que se apoiem determinados projetos. A maior parte dos projetos apresentados não chegam sequer a metade deste valor. Mas com esta deliberação temos a possibilidade de chamar cada uma das Juntas de Freguesia e até um limite que todos têm mais ou*

17

menos estipulado possamos ter folga para cada um deles, evidentemente tendo em conta a área, o numero de habitantes entre outros. Estamos a falar de projetos para validar a verba colocada em Plano e Orçamento.” -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, foi este ponto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por maioria, **aprovar a proposta de Emissão de Autorização Prévia Genérica para apoio até 50.000,00 € por cada Junta de Freguesia ou associações de Juntas de Freguesia**. Na votação registou-se o voto contra da Senhora Ana Luísa Esteves D’Almeida Gomes. -----

PONTO 9 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO RELATIVO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA; -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentação do assunto. Relativamente a este ponto começou por dizer que no início do mandato aprovámos os contratos de execução com um valor determinado com cerca de 350.000,00 € global a transferir em quatro prestações anuais. Porque sentimos que as Juntas de Freguesia necessitam de ter fundo de maneo para fazer este trabalho de manutenção ao longo do ano, propomos que esse valor seja transferido na totalidade no 1º semestre perante a disponibilidade do Município. Desta forma vai permitir a transferência do valor total em maio do corrente ano. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia em exercício** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições, foi este ponto colocado à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar a Alteração ao Regulamento relativo aos Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia**. -----

PONTO 10 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** em exercício tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**. Tomando a palavra,



disse ter sido distribuída a informação por escrito, a todos os Membros da Assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia em exercício**, na sequência de inscrição, deu a palavra a: -----

José Teles, na sua intervenção, disse ter vários assuntos para apresentar ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Começou por referir um assunto também abordado na presente sessão, o cadastro, elogiou a ideia, mas discordava completamente porque o cadastro demorava de 1 a 15 anos para ser elaborada. No Concelho do Sabugal havia uma densidade demográfica de 14 habitantes por Km² o que considerou grave porque existia tendência para baixar ainda mais. As nossas Aldeias têm uma população etária para cima dos 70 anos, desconhecendo como se poderia fazer um cadastro com população deste género. Além disso o cadastro requer aptidão agrícola, aptidão de regadio, florestal, etc. Por isso tem de demorar anos e custa milhões. -----

Como o Senhor Presidente da Câmara sabia em Nova Iorque reuniu-se a Assembleia recentemente com 180 países, na qual foi assinado um documento sobre clima e nesse documento foi ainda assinada uma adenda sobre a questão florestal. Para o efeito entregou ao Senhor Presidente da Câmara uma pequena nota do que lhe parecia que deveria ser feito. -----

Continuando disse: *“Nós vivemos ainda cheios de mitos e o clima de montanha de há 50 anos no Sabugal está completamente mudado, pois não sabemos o que é a primavera, o que é o verão e muito menos sabemos o que é o inverno. Isto tudo contribuiu para que a nossa produção agrícola se modique completamente. No meu quintal tenho duas árvores de pera rocha. O ano passado tirei cento e tal quilos de pera rocha. Para comprovar que estas árvores se dão muito bem com o clima atual do Sabugal entregou fotografias das suas árvores.”* -----



Tem se falado muito do Lince Ibérico, mas parece estar no abandono. Existe inclusive um estudo feito por uma Universidade do Porto que prevê que dentro de 50 anos o Lince desapareça. -----

As ruas principais desta cidade, principalmente a Rua do Comércio e a Rua Cândido Reis estão em muito mau estado. -----

Carlos Clemente disse: -----

“Chegou às minhas mãos a Atividade Municipal dos Serviços de Contratação Pública e verifiquei que na Freguesia de vale de Espinho há uma reconstrução de um muro no valor de dois mil e poucos euros e não vejo aqui mais nada para a minha terra. Será que ainda só foi feita esta obra ou foram feitas mais obras ou estão para se fazer mais obras a curto, médio ou longo prazo. Gostaria de saber o que é que foi feito agora neste seu mandato Senhor Presidente da Câmara em Vale de Espinho.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** em exercício deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que começou por agradecer as notas facultadas pelo Senhor José Teles. Quanto à questão de Vale de Espinho colocada pelo Senhor Carlos Clemente disse haver uma colaboração intensa com a Junta de Freguesia sendo o Presidente da Junta o interlocutor de privilégio na Freguesia. A Freguesia deverá ter o seu Plano de Atividades e Orçamento aprovado na Assembleia de Freguesia. Acrescentou ainda: *“Quer vir aqui à Assembleia dizer que o Senhor Presidente da Junta não faz lá obras ou que o Senhor Presidente da Câmara não faz? Se é dirigido ao Presidente da Câmara digo-lhe que o tempo em todos andavam a fazer aquilo que está mais que provado que não fixou as pessoas acabou. Estamos num tempo novo, de fazer coisas novas, inovar e captar empresas. A prioridade da Câmara Municipal é captar empresas, investimento e criar postos de trabalho. Se está à espera que se continue a colocar cimento em cima de cimento pode ter a certeza que não vamos fazer isso, só quando for estritamente necessário.”* -----

Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** em exercício agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram vinte horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo senhor

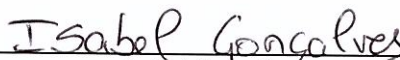


Presidente da Assembleia em exercício, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013,
de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


António Luís Miranda dos Santos Serra

A Técnica Superior, _____


Isabel Gonçalves